

Reféns na cidadela inimiga: a relação Universidade-Movimentos Sociais na América Latina

Henrique T. Novaes¹

Resumo: Este artigo aborda as contingências históricas recentes que colocaram a esquerda universitária na defensiva e, ao mesmo tempo, as tentativas de aproximação de alguns pesquisadores-extensionistas com os movimentos sociais. Para situar o debate da relação universidade-movimentos sociais em perspectiva histórica, resgatamos a Reforma de Córdoba, os ensinamentos dos clássicos latino-americanos e realizamos um panorama da reforma e do longo ciclo da contrarreforma educacional na América Latina. No que se refere a relação universidade-movimentos sociais, privilegiamos a análise das experiências nos campos da habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas por acreditar que estas experiências trazem avanços em termos de autogestão, desmercantilização, relação intelectuais-movimentos sociais, etc. Mas nem por isso estão isentas de contradições.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Universidade, América Latina.

Abstract: This article discusses the recent historical contingencies that placed the university left on the defensive and, simultaneously, the attempts of approach of some researchers-extensionists with social movements. To put in historical perspective the discussion of the relation between universities and social movements in historical perspective, we rescued the Córdoba reform (argentine university reform of 1918), the teachings of Latin American classic authors, and we produced an overview about the Reform and the long cycle of educational counter-reform in Latin America. Regarding the relation between universities and social movements, we focus on the analysis of experiences in the fields of popular habitation, agroecology and recovered factories, once we believe that these experiences bring advances in self-management, decommodification, intellectual-social movements, etc. However, these are by no means free of contradictions.

Keywords: Social Movements, University, Latin America.

Introdução

A planície está repleta de brotos novos. Somente os cimos estão desnudos e estéreis, calvos e improdutivos, apenas cobertos da relva anêmica de uma pobre cultura acadêmica.

É a crise da universidade. Crise de professores e crise de ideias. Uma reforma limitada para acabar com as listas de presença ou para extirpar um professor inepto ou estúpido seria uma reforma superficial. As raízes do mal continuariam vivas. E rapidamente renasceria este descontentamento, esta agitação, este afã de correção, que toca epidermicamente o problema sem desflorá-lo e sem penetrá-lo (Mariátegui, 2007 [1928]).

Pelo menos o delineamento de um novo tipo de universidade e o patamar de um novo estilo de comunicação da universidade com a sociedade global irão nascer sob a égide de um padrão de conhecimento promissora e crítico, não conformista, aberto à inovação. Resta saber se este componente, insignificante no cenário brasileiro do século 19, conseguirá

¹ Docente da FFC – Unesp – Marília. hetanov@yahoo.com.br

prevalecer sobre os elementos irracionais ou imprevisíveis da atual situação (Florestan Fernandes, 2004 [1974]).

A contrarrevolução mundial tem criado inúmeras contingências para a esquerda universitária, principalmente para aquela interessada na criação de uma educação para além do capital, ou, de forma mais ampla, numa sociedade para além do capital. Para contextualizar brevemente esse problema, poderíamos fazer a seguinte pergunta: qual o “impacto” do novo regime de acumulação – chamado por David Harvey de “acumulação flexível” – sobre a universidade, e vice-versa.

A readequação da universidade pública a este nova etapa do capitalismo pode ser esboçada nas seguintes tendências, que iremos apontar, mas não iremos desenvolver:

- “Choques de gestão” ou uma nova onda de transplante das teorias de administração de empresas para o Estado;
- Ofensiva da “inovação” (crescimento da agenda de pesquisa das corporações e não dos movimentos sociais; crescimento das patentes em Universidades Públicas; crescimento das consultorias para corporações);
- Crescimento dos cursos de extensão caros e para executivos de corporações, empresas de médio porte, difusão do empreendedorismo, etc;
- Ensino de conteúdo conservador, escanteamento do marxismo e defenestramento de professores críticos;
- Crescimento dos cursos de educação à distância, verdadeiras fábricas digitais de diplomas;
- Controle dos órgãos estaduais e federais e das secretarias por representantes das corporações educacionais;
- Punição pedagógica dos indignados e criminalização do movimento estudantil;
- Terceirização da vigilância, limpeza, motoristas, etc;
- Financeirização da previdência, etc².

Este artigo pretende refletir sobre as dificuldades que a esquerda da comunidade de pesquisa enfrentou no final do século XX e enfrentará neste novo milênio. Em geral integrada por pesquisadores sem prestígio e sem recursos, com artigos negados nas revistas e, inclusive, sofrendo perseguições, a esquerda universitários enfrentou inúmeros obstáculos para construir projetos alternativos. Observaremos que o contexto defensivo – em que a própria sobrevivência do pesquisador-extensionista está em xeque – cria

² Sobre estes temas, ver Minto (2011 e 2012), Oliveira (2010), Dagnino (2002), Leher (2008), Novaes (2012).

contingências para a realização de um trabalho com sentido social, não alienado. Este contexto defensivo não impossibilitou, mas certamente restringiu a atuação de determinados grupos de pesquisadores-extensionistas que estão na dianteira de uma relação virtuosa entre universidade e movimentos sociais. Antes de mergulhar neste debate, optamos por realizar um panorama da Reforma de Córdoba, os ensinamentos dos clássicos latino-americanos que refletiram sobre a Universidade (J. Mariátegui, J. Mella, F. Fernandes, dentre outros), além de uma síntese sobre a Reforma e a Contrarreforma Educacional no século XX.

A Reforma de Córdoba, os ensinamentos dos clássicos latino-americanos, um panorama da reforma e da contrarreforma educacional

José Mariátegui (2008), quando escreveu as palavras citadas na epígrafe deste artigo, sustentava a inviabilidade da transformação universitária fora dos marcos de uma revolução proletária. Florestan Fernandes também vislumbrava uma universidade que produzisse “conhecimento promissora e crítico, não conformista, aberto à inovação” dentro dos marcos de uma transformação radical.

Leher (2008) destaca outro clássico do pensamento latino-americano: Aníbal Ponce e sua contribuição para o debate sobre educação e luta de classes. Na passagem a seguir, Leher descreve a originalidade de Ponce e o diálogo que ele travou com os ensinamentos da Reforma de Córdoba:

Certamente, seu clássico livro **Educação e luta de classes** foi fruto de seu engajamento nessas lutas. Não que Ponce avaliasse que o processo cordobense pudesse alterar substantivamente a educação; ao contrário, como Mella, sustentava que a educação emancipatória dependeria da luta contra o capitalismo e, por isso, a defesa da luta de classes. Entretanto, inovou ao propugnar que a revolução requereria que se considerasse a *educação como parte da estratégia política*, por isso o engajamento dos reformadores nas lutas anti-imperialistas e, *ao mesmo tempo*, nas jornadas universitárias (Leher, 2008, p. 56 – grifo nosso).

Se os reformadores não tivessem se engajado nas lutas “dentro” da universidade, provavelmente cairiam numa visão “passiva” da educação, em que esta sempre permaneceria a reboque da potencial revolução social. Julio Antonio Mella, abordando o tema por outro ângulo, é enfático ao retratar os limites da Reforma de Córdoba. Para ele, o desafio último da Reforma poderia ser dado pela seguinte encruzilhada: universidade para a ascensão social das classes médias propugnada pelas vertentes liberal, democrática e laica da reforma ou universidade vinculada à revolução anticapitalista, propugnada pela vertente

socialista. Mella afirmava que o problema último consiste na pergunta “para quem servir? Aos exploradores ou aos explorados?” (Kohan, 2002).

Ainda seguindo os rastros de Mella: “Nada se resolve em fazer da universidade um centro tecnicamente perfeito se a massa estudantil, que provém dos colégios religiosos ou dos colégios laicos privados, tem já formada uma mentalidade burguesa, e não científica, da universidade”.

Ainda que se buscasse um maior envolvimento com a classe trabalhadora, é preciso destacar que grande parte dos jovens dirigentes da reforma provinha de famílias patricias e de uma primeira geração de argentinos, filhos de imigrantes europeus, que constituíram as “classes médias” cubana, chilena, uruguaia, venezuelana. etc. Eles carregavam um certo paternalismo, iluminismo e fariseísmo. Num momento histórico no qual o povo tinha acesso muito limitado à universidade, o máximo que os reformistas conseguiram realizar foi a tentativa de dar as mãos aos trabalhadores. Já nas Universidades Populares, os trabalhadores ganharam, também em termos relativos, parcelas crescentes de controle sobre seu destino.³

Muitos historiadores usam o ano de 1966 como sendo o “princípio da destruição da educação pública argentina”. Não sabemos se os estudantes e professores de 1966 estavam iniciando uma nova fase do país, mas seguramente aprofundaram o processo de renovação da educação superior. No entanto, com a intervenção, “se perdeu o espírito Exatas”, se perdeu o caráter público da universidade, se perdeu a noção de país ou o compromisso “moral” de trabalhar para a construção da Argentina. Para Sadosky: “Desde 1956 e durante uma década, se deu um modelo de universidade na UBA com um projeto científico e de um nível acadêmico que não se voltou a produzir”; “para os que não viveram esse momento é difícil de entender, mas nem sequer se recuperaram até a atualidade os níveis do ano de 1966” (Morero *et al.*, 1996, p. 27).

Em 1973, a Argentina vivenciou uma “curta primavera democrática” (Caldelari, 2008). A partir de 1976, o povo argentino sofre seu mais duro golpe: uma ditadura militar sangrenta que exterminou os quadros da esquerda, principalmente os comunistas, jogou no exílio outros tantos, desindustrializou o país, aumentou a concentração de renda, rebaixou os direitos trabalhistas, esgarçou o tecido social etc.

Mas, para aqueles que acreditavam que a história das rupturas e retrocessos havia se encerrado, os governos neoliberais de Alfonsín e, principalmente, Menem – que, aliás, junto com o ministro Cavallo estudou em Córdoba –, aprofundaram o neoliberalismo. No

³As universidades populares foram criadas principalmente no Peru e em Cuba, mas também, em menor medida, em outros países, como reflexo direto das reformas das duas primeiras décadas do século XX. Sobre isso, ver Pericás (2006).

Brasil, o capitalismo sob hegemonia financeira aprofundou a ruptura ocasionada pelo regime militar.⁴

As reformas do ensino superior trataram de acabar com o pouco que restava de interesse público nas universidades latino-americanas. Em poucas linhas, é nos anos 1990 que elas levaram à privatização direta e indireta dessas universidades (Minto, 2011)⁵.

Entre 1976 e 1983 na Argentina, houve a limitação da entrada de alunos, pagamento de taxas e deslocamento da pesquisa para centros não universitários (Caldelari, 2008). “La ‘contrarreforma’ neoliberal secuestró la potestad de la reforma universitaria”, conclui Gentili (2008, p. 42).

Para sermos mais precisos, conforme vimos nas linhas anteriores, 1966 iniciou a ruptura histórica da ciência argentina, 1976 deu mais energia à ruptura, e a contrarreforma dos anos 1990 aprofundou o retrocesso histórico. Dos golpes para cá, assistimos a cenas de completo abandono da questão nacional e do sentido público dado à universidade na América Latina. Processos de privatização direta e indireta via mercantilização do ensino público ou proliferação de universidades privadas “reais ou virtuais” comprometidas com a acumulação de capital e a reprodução de teorias conservadoras se tornam hegemônicas.

Ganharam força os pós-modernos, predomina o carreirismo, a apatia dos professores, o “publicar ou morrer”. Há uma degeneração das carreiras públicas, precarização dos professores contratados e terceirização de muitos funcionários, intensificação do trabalho docente, ampliação de pesquisas pouco relacionadas com as grandes questões nacionais. Formação de alunos alienados que “querem subir na vida”, termo contemporâneo do “onde se vai buscar tão somente um meio de ganhar a vida”, utilizado pelos reformistas. Vigência do socialismo de cátedra – pouco interessado num papel mais “ativo” no que se refere à relação da universidade com os movimentos sociais. Projetos de extensão caça-níqueis – em geral voltados para funcionários de grandes corporações, mercado financeiro etc. – são promovidos por professores pequeno-burgueses que querem pequenas parcelas de prestígio. Em poucas palavras, vimos o avanço da barbárie dentro e fora dos muros da universidade.

⁴Nas palavras de Schwarz (2007), que compara o neoliberalismo com o longo período que vai até os anos 1970: “Quando escrevia os seus extraordinários artigos abolicionistas, Joaquim Nabuco tinha claro o laço entre escravidão, latifúndio e degradações ligadas à dependência pessoal, no campo e na cidade. Nas palavras incisivas do próprio Nabuco, era um quadro que diminuía o valor de nosso título de cidadão. Desde então, até a crise do nacional-desenvolvimentismo, nos anos 1970, a transformação dos excluídos em assalariados rurais, operários e cidadãos fez parte do ideário progressista. Sobretudo através da industrialização e da reforma agrária, que prometiam reformar o país, acabando com a liga de mandonismo, miséria, clientelismo subcidadania etc., que nos separavam da modernidade. Com a globalização essas expectativas passaram por uma redefinição drástica. Para desconcerto geral da esquerda, a modernização agora se tornava excludente e reiterava a marginalização e a desagregação social em grande escala. Para quem não sabia, o progresso do capital e o progresso da sociedade podiam não coincidir”.

⁵ Não deixa de ser curioso notar que há uma mudança de significado do termo reforma ao longo do tempo. Nos anos 1990, o termo foi apropriado e ganhou um novo significado, dado pelos governos de direita que subiram ao poder. Sobre isso, ver Behring e Boschetti (2006).

Com exceção do período da revolução incompleta de 1930-1964, quando o Complexo Público de Ensino Superior e Pesquisa apontava para outros objetivos, predominou na universidade a visão de ascensão social. De forma cristalina, o escritor Lima Barreto delineou o papel da universidade no Brasil do início do século XX, mas que serve muito bem para retratar o que predomina na universidade no pós-1964 e, principalmente, no pós-1990. Em **Os bruzundangas** ele escreverá: “O ensino superior fascina todos (...) Os seus títulos, como sabeis, dão tantos privilégios, tantas regalias, que pobres e ricos correm para ele. Mas só são três espécies que suscitam esse entusiasmo: o de médico, o de advogado e o de engenheiro”.

Sobre a marcha produtivista-quantitativista que invadiu as universidades públicas, simbolizada no dilema “publicar ou morrer”, independentemente do conteúdo dos artigos, das repetições, da irrelevância, uma parcela da comunidade científica vem se indignando. Recentemente, Ozaí da Silva (2009) escreveu o artigo “Produtivismo no campo acadêmico: o engodo dos números”. Ele faz comparações entre Charlie Chaplin em **Tempos modernos**, trabalhando louca e insensatamente para produzir, e a academia, que, num ritmo frenético, expele artigos um atrás do outro. De acordo com esse pesquisador, estamos num ritmo de produção taylorista-fordista. Os números nada dizem sobre os efeitos perversos da corrida pelo Lattes, ou melhor, pelo laticínio.⁶ Para esse autor,

os números nos enganam, nos dão a sensação de que estamos na direção certa, que tivemos ‘progresso’. Parece lógico que devamos nos alegrar pelos índices positivos, os quais geram um certo deslumbramento institucional e manchetes em jornais. O intelectual é crítico, autocrítico, incomodado, angustiado e comprometido.

E cita Said, para quem

A ameaça específica ao intelectual hoje, seja no Ocidente, seja no âmbito não ocidental, não é a academia, nem os subúrbios, nem o comercialismo estarecedor do jornalismo e das editoras, mas antes uma atitude que vou chamar de profissionalismo. Por profissionalismo eu entendo pensar no trabalho do intelectual como alguma coisa que você faz para ganhar a vida, entre nove da manhã e cinco da tarde, com um olho no relógio e outro no que é considerado um comportamento apropriado, profissional – não entornar o caldo, não sair dos paradigmas ou limites aceitos, tornando-se, assim, comercializável e, acima de tudo, apresentável e, portanto, não controverso, apolítico e “objetivo” (Said, 2005, p. 78).

Russel Jacoby, no seu livro **Os últimos intelectuais**, retratou a decadência do pensamento crítico nos EUA. Russel contrasta dialeticamente a independência dos

⁶Sobre isso, ver também as críticas de Siqueira (2009) e as inúmeras revistas que saíram no ano de 2009.

intelectuais estadunidenses do início do século XX com os professores da segunda metade do século XX, em busca de sobrevivência, aposentadoria, vida estável e férias. Para ele, chegamos a um ponto em que os professores se afastam de textos polêmicos, da crítica radical, estando a criatividade cerceada pelo produtivismo, sendo a universidade apenas uma espécie de trampolim para a ascensão social.

O retrato de Jacoby pode ser parcialmente “transplantado” para os dias de hoje. Ao mesmo tempo em que impera o produtivismo, a universidade pública vem se transformando numa grande empresa de consultoria para empreendedores, consultores e funcionários de grandes corporações, principalmente as multinacionais. Se é verdade que mais de 90% dos recursos das três universidades paulistas, por exemplo, ainda vêm dos fundos públicos, também é verdade que a cada ano os cursos de extensão vêm ganhando terreno como uma forma visível de “complementação” salarial que há muito deixou de ser complementação, passando a ser o salário “principal”.

Para alguns intelectuais, estamos vivendo a miséria da teoria. Netto (2002) denomina com o nome de “novo irracionalismo” a tendência que “dissemina simultaneamente seja a recusa a qualquer sistematização teórica mais inclusiva, seja a preocupação com a formação de uma cultura humanista capaz de envolver mais que as expressões imediatistas das conjunturas”. E, muito acertadamente, chama a atenção: “entre o novo irracionalismo e a cultura acadêmica hoje dominante, mormente dos meios acadêmicos, existem vínculos e conexões que merecem análise mais atenta”⁷.

Gentili (2008) acredita que a universidade, na segunda metade do século XX, sofreu uma intensa segmentação e diferenciação. Ela se transformou num arquipélago de instituições com sentidos, estruturas e resultados extremamente diversos, e que coube aos governos neoliberais fragmentar as lutas populares ou pulverizar os movimentos de resistência.

Mas alguns setores da universidade tentam se reerguer. Além dos casos aqui analisados, nos anos mais recentes, principalmente com a ascensão de governos populares na Venezuela, Bolívia e Equador, entraram em cena novamente as bandeiras e utopias libertárias, socialistas, humanistas e democráticas que inspiraram os movimentos emancipatórios dos séculos XIX e XX. No entanto, tal como observa Gentili (2008), essas iniciativas parecem, no mínimo, dispersas, tênues e, em alguns momentos, insignificantes.

Mesmo reconhecendo a enorme concentração de renda, a fragmentação e dispersão das lutas operárias, o distanciamento das lutas dos professores da luta de outros movimentos sociais, a indiferença da sociedade em relação às demandas da universidade e

⁷Para uma crítica a este novo irracionalismo, ver também Pinassi (2009) e Minto (2011).

vice-versa, Gentili (2008) acredita que as universidades podem ajudar a imaginar alternativas, além de recuperar e inventar utopias.

Mas não nos esqueçamos de que a universidade pública faz parte do Estado. Mesmo comportando algumas especificidades, a caracterização de Lima Barreto, em “Três gênios de Secretaria”, da monotonia do trabalho no Estado pode valer também para a universidade pública, cada vez mais absorvida pelos professores-consultores, de um lado, e pelos apáticos, de outro. Será que as palavras abaixo valeriam para os apáticos, professores que seguem dando a mesma aula há mais de 30 anos e vendo o tempo passar?

A burocracia (...) é das criações sociais aquela que mais atrozmente tende a anular a alma, a inteligência e os influxos naturais e físicos ao indivíduo (...) É um expressivo documento de seleção inversa que caracteriza toda a nossa sociedade burguesa, permitindo no seu campo especial, com a anulação dos melhores da inteligência, de saber, de caráter e criação, [...]

Mariátegui (2008) refletiu sobre a Universidade de São Marcos no início do século XX e encontrou algo parecido ao que foi narrado por Lima Barreto. Reproduzimos nas linhas abaixo um trecho do texto de Mariátegui:

Nossos catedráticos parecem sem contato, sem comunicação com a atualidade europeia e americana. Parecem viver à margem dos novos tempos. Parecem ignorar seus teóricos, seus pensadores e seus críticos. Talvez alguns se achem mais ou menos bem-inteirados, mais ou menos bem-informados. Mas, neste caso, a investigação não suscita neles inquietação. Neste caso, a atualidade mundial deixa-os indiferentes. Neste caso, a juventude tem sempre o direito de acusá-los de insensibilidade e de impermeabilidade.

Nossos catedráticos não se preocupam ostensivamente senão da literatura de seu curso. Seu voo mental geralmente não vai além dos âmbitos rotineiros de sua cátedra. São homens tubulares, como diria Victor Maúrtua; não são homens panorâmicos. Não existe, entre eles, nenhum revolucionário, nenhum renovador. Todos são conservadores definidos ou conservadores potenciais, reacionários ativos ou reacionários latentes que, em política doméstica, suspiram impotente e nostalgicamente pela velha ordem das coisas. Mediocres mentalidades de advogados, cunhadas nos alvéolos ideológicos do civilismo; temperamentos burocráticos, sem asas e sem vértebras, organicamente apoucados, acomodaticios e folgados; espíritos de classe média, vulgares pedantes, limitados e vazios, sem grandes ambições nem grandes ideais, forjados para o ambiente burguês de uma posição na Corte Suprema, de uma plenipotência ou de um alto cargo consultivo numa grande empresa capitalista. Estes intelectuais sem alta filiação ideológica, enamorados de tendências aristocráticas e de doutrinas de elite, afeiçoados a reformas minúsculas e a diminutos ideais burocráticos, estes advogados, clientes e comensais do civilismo e da plutocracia, têm um estigma pior que o do analfabetismo, têm o estigma da mediocridade (Mariátegui, 2007).⁸

⁸ Para a contextualização das ideias de Mariátegui, ver os artigos selecionados por Pericás (2007) e a introdução feita por esse pesquisador.

Para Gentili (2008), não se trata de repetir as palavras de ordem, as bandeiras e propostas da Reforma de Córdoba com 90 anos de atraso, mas “por el contrario, se trata de reconocer, en la radicalidad de ese movimiento, los aportes que el mismo nos ha legado y la necesidad de reformularlo en virtud de una especificidad histórica que actualiza esta herencia en el marco de una nueva coyuntura” (Gentili, 2008, p. 46).

Para esse pesquisador, há um potencial poder de desestabilização da universidade e esta pode ajudar a produzir e difundir o conhecimento socialmente necessário para compreender e transformar o mundo em que vivemos (Gentili, 2008, p. 48).

Leher (2008) é mais preciso ao dizer que sobraram apenas alguns “nichos de pensamento crítico” que estão sintonizados com as demandas de uma sociedade para além do capital. Para argumentar sobre isso, ele retoma as lutas da Unam-México e do Chile, encabeçadas pelos estudantes de segundo grau.

As ideias de Córdoba estão presentes nas jornadas de 1968 notadamente no México, foram lembradas no Cordobazode 1969, quando a universidade apoiou as lutas dos trabalhadores (Novaes, 2009), são lembradas pela esquerda latino-americana, não só universitária, e até hoje os professores críticos reivindicam como atuais os grandes eixos das lutas de Córdoba.

Para Gentili (2008), deve haver uma “articulación de los movimientos de resistencia, del intercambio y la cooperación nacional e internacional y de la difusión más amplia y generalizada de las nuevas ideas que subsidian los procesos de construcción de una nueva sociedad” (Gentili, 2008, p. 45).⁹

Reféns na cidadela inimiga: a relação dos pesquisadores-extensionistas com alguns movimentos sociais

Como sabemos, o Complexo Público de Ensino Superior e Pesquisa latino-americano é cheio de contradições. Tal como procuramos mostrar em nosso livro (Novaes, 2012), a universidade pública não é monolítica, mas também não é plural. Encontramos grupos de pesquisadores, extensionistas e professores “orgânicos” que tentam renascer das cinzas, apoiando das mais variadas formas as lutas de inúmeros movimentos sociais que surgiram no final do século XX. Acreditamos que esses são hoje os “brotos novos” que

⁹ Para nós, a questão da não neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico ou não são abordadas ou são subestimadas por Gentili e Leher. Ou por falha na crítica ou por divisão de trabalho entre pesquisadores, ambos estão mais preocupados com as questões das ciências sociais, a mercantilização da educação e a contrarreforma do ensino superior.

Mariátegui observou no seu momento histórico ou os novos focos de resistência diante do avanço da barbárie social.

Há um vasto leque de pesquisadores de “esquerda”, bem heterogêneo, tal como na Reforma de Córdoba, que vai desde extensionistas que querem uma universidade com maiores vínculos com a comunidade, mas que não dialogam com o marxismo, passando por teóricos do desenvolvimento situados mais à esquerda do espectro neoliberal, até os sobreviventes “socialistas de cátedra”, que são ridicularizados a todo momento por uma utopia que “não mais existe”. Ainda nesse leque temos os pesquisadores “orgânicos”, que, lutando nas brechas da universidade pública ou junto a movimentos sociais, estão ajudando a criar cursos contra-hegemônicos ou universidades “paralelas” que atendam aos anseios seculares do povo latino-americano. Na nossa pesquisa, encontramos professores e pesquisadores-extensionistas que podem ser “classificados” nesse vasto leque¹⁰.

Nesta seção, trataremos das potencialidades, ensinamentos, semelhanças e diferenças entre os pesquisadores-extensionistas da agroecologia, da habitação popular e das FRs abordados no livro **Reatando um fio interrompido** – a relação universidade-movimentos sociais na América Latina (Novaes, 2012).

Muito embora comportem gradações, podemos dizer que há pontos de convergência entre os pesquisadores-extensionistas que se envolveram com os movimentos sociais em questão.

Apesar de não dialogarem entre si, podemos extrair pontos de contato no que se refere à: a) crítica à propriedade dos meios de produção (o retorno do “caracol à sua concha”); b) a participação do trabalhador nos movimentos sociais, na “sociedade” e na construção da autogestão ou de um novo “desenvolvimento”; c) a necessidade de desmercantilizar a sociedade (“o mundo não é uma mercadoria”) ou produzir bens e serviços voltados para a satisfação das necessidades humanas; d) o papel do povo ou da luta de classes como motor da transformação social; mas principalmente e) a crítica tecnológica elaborada no campo de atuação desses pesquisadores, que abrange a crítica à

¹⁰Não poderemos abordar neste artigo a criação de cursos para os movimentos sociais em universidades públicas. Para ficar apenas no Sudeste, através dos recursos do Pronera (Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária), poderíamos citar a criação do curso de Pedagogia da Terra, na UFSCAR e UFMG, financiado pelos recursos do (Pronera). Ainda na Ufscar, temos um Mestrado em Agroecologia; na UFES temos um curso de especialização em Economia Política para assentados, coordenado pelos professores Reinaldo Carcanholo, Paulo Nakatani e MarícioSabadini. Na UNESP de Presidente Prudente, um de Geografia para assentados, coordenado pelo professor Bernardo Mançano Fernandes. No ano de 2009, a Unesco assinou convênio com a Unesp para a criação da cátedra “Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial”. Na UNICAMP, temos um curso de especialização em Agroecologia, outro também de agroecologia para “técnicos” (ensino médio) coordenado pela professora Sônia Bergamasco. Ainda na Unicamp mas sem recursos do Pronera, podemos destacar o curso de especialização “Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina”. Como escola autônoma, devemos destacar a ENFF (Escola Nacional Florestan Fernandes), do MST. Sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, ver Lima Filho (2011). Falta ainda uma pesquisa que realize um “inventário” destes e outros cursos que não destacamos, suas contradições, conquistas e limites.

tecnologia convencional, a necessidade de uma tecnologia alternativa e de uma nova assistência “técnica”.

Isso não significa dizer que não haja contradições e especificidades dentro das análises e propostas dos pesquisadores-extensionistas. Esses pontos de convergência aparecem de uma forma muito tímida ou pouco elaborada em alguns casos e bastante desenvolvida em outros. O filtro e a combinação das críticas elaboradas em cada campo poderão trazer frutos para uma crítica radical da C&T.

Começamos pelos casos que não “deram certo”: o aquecedor a gás, no caso da relação entre o professor Perondi (UFRGS) e a Geralcoop, não vingou. Nessa fábrica, os trabalhadores continuam produzindo principalmente fogões a lenha. Na FaSinPatZanón, o azulejo autolimpante rendeu frutos de pesquisa na UBA, porém até esta data não resultou em nenhuma inovação para a fábrica. Aqui, os trabalhadores permanecem produzindo azulejos e porcelanato.

Na relação Universidade de Buenos Aires-Zanón, o objetivo da UBA é aplicar um recobrimento que seja autolimpante. Ainda não conseguiram atingir a quantidade desejada de bactérias mortas, mas continuam a pesquisa. Isso já dura quatro anos. Sobre a utilidade social do produto, os pesquisadores envolvidos disseram que pode haver uma em função de ser um produto utilizado principalmente em escolas públicas e hospitais. Eles preferem que seja dirigido a um “mercado social” (compras do Estado: salas de pronto-socorro, escolas, restaurantes, ONGs etc.).

No entanto, os pesquisadores entrevistados advertiram que o produto é usado no Japão para fins mercadológicos (vidro de carros etc.). De qualquer forma, projetos de interesse “social” ainda são uma espécie de agulha no palheiro cientificista chamado UBA.

No caso da relação dos engenheiros da Universidade de Comahue (UnCo) com a FaSinPatZanón, os trabalhadores salientam que esta foi imprescindível na restauração da produção, na reorganização do processo de trabalho – isso para não falar na melhoria da qualidade dos azulejos e no papel imprescindível dos alunos na arrecadação de alimentos, nas passeatas etc.

No caso do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (Inti-Argentina), a criação de uma linha de extensão tecnológica da área de Economia Social reflete uma leve abertura de um instituto cujo objetivo sempre foi assessorar empresas privadas, iniciativa tomada por um presidente bastante “especial” – Enrique Martínez – a partir da pressão dos movimentos sociais por um outro tipo de Estado¹¹.

¹¹Para saber mais sobre o debate da extensão dentro de um viés crítico, ver Dagnino (2010) e Fraga (2012).

Ao criar essa linha de atuação, o INTI incorpora um novo público como alvo de prestação de serviços: as fábricas recuperadas e cooperativas populares que, após a crise de 2001, se tornam cada vez mais presentes no cenário político argentino.

Apesar de reconhecermos que o simples fato de o INTI inserir o componente tecnológico na política de geração de trabalho e renda argentina é um avanço, ainda há um longo caminho a se percorrer. A partir das entrevistas que realizamos, foi possível perceber contradições na instituição. Essas contradições podem ser vistas no conflito que aparece entre aqueles que buscam a “melhor” tecnologia (tecnologia de ponta) e os setores do Inti que apoiaram os movimentos sociais. Além disso, prevalece na instituição uma cultura de transferência “paternalista” de tecnologia, que pode inibir a adoção de um enfoque tecnológico para inclusão social na macropolítica do plano “*manos a la obra*”, comprometendo a consecução de suas metas, sobretudo a de inclusão social.

Ao retratar o movimento da Arquitetura Nova e um de seus herdeiros, o Grupo Usina, tentamos destacar o papel que podem desempenhar profissionais envolvidos com questões tecnológicas, como os arquitetos, para desnaturalizar a tecnologia convencional, o mito do progresso, bem como o papel dos intelectuais médios na criação de uma sociedade emancipada.

Seja no diálogo com os movimentos sociais, seja nas salas de aula, os partidários da Arquitetura Nova e mais recentemente os membros da Usina procuraram e procuram evitar uma prática alienada deles mesmos e dos futuros arquitetos.

No caso da Arquitetura Nova, ao incentivar esses novos profissionais a pautarem suas decisões de projeto a partir da consciência de seu papel como agente de produção e transformação da realidade, tentando unificar teoria crítica e prática transformadora, os intelectuais da Arquitetura Nova deram um “exemplo” que merece ser incorporado por aqueles hoje envolvidos com a tecnologia social. A atuação junto aos mutirões, ao Movimento Sem Terra e Sem Teto e na produção conjunta de tecnologias com características autogestionárias parecem ser então alguns dos desafios a se enfrentar.

Para os seguidores da Arquitetura Nova, especialmente no caso analisado – do Coletivo Usina –, o espaço de trabalho orientado para o auxílio à emancipação dos movimentos sociais nos traz embriões de uma atividade com sentido social, desalienada. Como uma espécie de refúgio, ao estar em pleno contato com os movimentos sociais, a vida desses profissionais ganha um maior sentido, mesmo rodeados pelo mar de obras contrárias aos seus valores (*shoppings*, condomínios etc.), “salários” atrasados, dificuldades imensas de locomoção em São Paulo etc. Retornaremos a esse ponto mais adiante.

Algo parecido pode ser visto na Experiência de Residência e Especialização promovida pelas universidades conveniadas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), principalmente nos depoimentos dos alunos que fizeram os cursos¹².

Há diferenças e semelhanças nítidas, em muitos casos, e pouco nítidas, na minoria dos casos, entre os grupos de pesquisa que assessoraram os movimentos sociais e dentro dos “campos” específicos de fábricas recuperadas, agroecologia e habitação popular.

Começemos pelas Fábricas Recuperadas. O professor Perondi destacou que a engenharia da UFRGS é um espaço relativamente pequeno e forma de sete a oito doutores por ano. No entanto, não temos como comparar a estrutura que o professor Rodriguez Lupo tem na UnCo e a infraestrutura da UFRGS em termos de laboratórios, equipe, financiamento. Por ironia da história, foi justamente na universidade que não tinha infraestrutura “adequada” que tivemos uma relação mais frutífera entre a universidade e as fábricas recuperadas.

Devemos notar também que na UFRGS há um maior interesse pelas publicações do que na Universidade de Comahue (UnCo), em parte por Lupo ser professor da graduação, mas também por não estar contaminado pelo “produtivismo”.

De qualquer forma, a relação do professor Perondi com a Geralcoop serviu para aparelhar um laboratório que não existia e está sendo usado para vários projetos. Além disso, resultou em alguns artigos do grupo, um certo aprendizado e um pequeno contato com a realidade da Economia Solidária. No entanto, esse contato não criou uma trajetória de relação do grupo com as Fábricas Recuperadas.

Perondi não atribui um papel estratégico para os movimentos sociais ou para a Economia Solidária, colocando sua fala mais no terreno da “distribuição de renda”, da necessidade de um “mercado interno de consumo”, “cidadania”, “pacto social”, tendo dado destaque para o “mercado interno” como grande problema, falta de renda para as pessoas poderem consumir e gastar, manter um padrão de vida digno, com educação e renda justa.

No que se refere ao financiamento dos projetos, observou que “achar que o movimento social vai poder financiar os projetos é irreal”. Os empresários pagam ou recorrem ao Estado. No entanto, como ressaltam algumas pesquisas, principalmente a da Pintec-IBGE, a relação universidade-empresa não foi considerada estratégica pelos empresários, ocupando apenas o 11º lugar no *ranking* de problemas brasileiros. Enquanto isso, para a Economia Solidária ou para os movimentos sociais em geral, é urgente e imprescindível a conformação de um sistema de P&D que atenda suas demandas.

¹²Sobre isso, ver Molina (2009).

No caso da UnCo, tivemos uma circunstância extremamente particular: o apoio do secretário de Extensão, a pressão de alguns setores universitários pró-Zanón, a pressão da Fábrica Zanón, a repercussão internacional etc.

No caso UFRJ, há uma política de extensão muito mais forte do que a encontrada nos outros. No entanto, por ironia do destino, o professor José Ricardo Tauile faleceu no ano de 2008. Mais recentemente, Flávio Chedid Henriques, um dos alunos que assessorou a Cooparj, está tentando revitalizar o projeto de apoio às FRs.

No campo da agroecologia, talvez por termos nos defrontado com diferentes grupos de pesquisadores-extensionistas, observamos uma maior pluralidade de visões sobre os temas aqui abordados. Observamos que há diferentes projetos em disputa no campo da agroecologia, que podem alimentar uma espécie de “capitalismo verde”, um “desenvolvimento rural sustentável” (que não seria propriamente nem o capitalismo verde nem uma vertente socialista) e um que efetivamente pode contribuir para a luta socialista.

A combinação das análises dos autores, bem como as críticas veladas ou explícitas feitas “dentro” do campo podem trazer ensinamentos potencialmente favoráveis. De qualquer forma, pode-se depreender que as correntes hegemônicas da agroecologia não falam em classes sociais, exploração do trabalho, superação do modo de produção capitalista etc. O debate em alguns momentos toca nessas questões, mas pende para a agenda ecológica desconectada de uma crítica da economia política mais profunda, voltada para a transcendência do trabalho alienado. Para nós, esta poderia ser uma boa contribuição teórica para a construção de uma sociedade para além do capital. Uma constatação parecida com a nossa foi observada por Wilon Mazzala Neto em sua dissertação de mestrado (2009) e em seu TCC de especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina (2008).

Dentre os autores analisados, Altieri é o mais conservador, o que não significa que não tenha trazido elementos importantes para o debate. Gutierrez faz críticas importantes à tecnologia convencional, ao tipo de extensão rural que se implementou no Brasil, à necessidade de mudanças na formação do profissional que atende os movimentos sociais. Dos grupos analisados, Caporal e Costabeber, os pesquisadores-extensionistas da UFSM e Pinheiro Machado fazem críticas mais ácidas à tecnologia e ao modo de produção capitalista, em especial Pinheiro Machado. Ele é o único declaradamente socialista; os demais gravitam num leque bastante amplo em torno da temática do “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento rural sustentável”, “desenvolvimento do campo” etc. Mais uma vez, isso não significa dizer que a teoria de Caporal e Costabeber não tenha uma positividade.

Acreditamos que o perigo que a agroecologia corre é a de ser a nova “moda”, tal como ocorreu com o “desenvolvimento sustentável”, em que tudo muda para que permaneça como está. O canto da sereia agroecológica tem atraído muitos alunos e professores, mas acreditamos que a crítica que vem sendo desenvolvida é incompleta e limitada.

O leque de possibilidades da agroecologia nos levou a acreditar que há um vasto leque que vai da defesa de “De nichos de mercado à ruptura sistêmica”, justamente para mostrar para o leitor a pluralidade nessa área. Talvez a principal ambivalência da agroecologia é ser a nova “salvação da lavoura” que reforçaria uma espécie de “capitalismo verde” ou ser a “salvação da lavoura” para os movimentos sociais, ao esboçar uma teoria de C&T, uma nova metodologia e um “novo desenvolvimento” que ajude a construir uma sociedade para além do capital.

Tal como coloca Altieri, “o desenvolvimento e a difusão de tecnologias agroecológicas, a promoção da agricultura sustentável exigem mudanças nas agendas das pesquisas, bem como políticas agrárias e sistemas econômicos abrangendo mercados”, preços e, além disso, incentivos governamentais (Altieri, 2005), as “condições gerais de produção” colocadas por Marx.

Para nós, os defensores da “Revolução Verde” não podem e não querem reconhecer o fato de que os fatores limitantes desse modelo são somente os sintomas de um distúrbio mais sistêmico, inerente aos desequilíbrios dentro do agroecossistema. Por outro lado, os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não sustentabilidade dos sistemas agrícolas (Altieri, 2005). E reforça:

É crucial que os cientistas envolvidos na busca por tecnologias agrícolas sustentáveis se preocupem com quem, finalmente, se beneficiará com elas. Isso exige que eles reconheçam a importância do fator político quando as questões científicas básicas são colocadas em discussão, e não somente quando as tecnologias são distribuídas à sociedade. Assim, o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido são questões-chave que precisam ser levantadas, caso se queira fazer surgir uma agricultura socialmente justa. Quando tais questões são examinadas, temas como posse da terra, mão de obra, tecnologia adequada, saúde pública, política de pesquisas etc., sem dúvida emergirão (Altieri, 2004).

Altieri sinaliza uma questão importante, mas acreditamos que não dá conta de respondê-la, provavelmente em função da sua visão de mundo liberal. Além disso, por estar há muito tempo nos EUA, o “protagonismo” das ONGs lhe leva a um certo localismo, pois ele cai no debate do desenvolvimento local e ao onguismo como “motores” da mudança.

Altieri também é mais condescendente que Guterres na questão da propriedade da terra. Ao não politizar a questão da propriedade, ele abre o leque dos sujeitos da transformação social, que poderia ser conduzida por qualquer tipo de “ator” social. Segundo esse autor, pode haver a conversão do manejo convencional para o manejo agroecológico nas “médias e grandes propriedades”, como se todos os produtores, harmonicamente e sem questionar o sistema, convivessem.

Caporal e Costabeber, Pinheiro Machado e Moreira fazem algumas advertências à agroecologia. Lembremos que para Caporal e Costabeber “nenhum produto será verdadeiramente ‘ecológico’ se a sua produção estiver sendo realizada às custas da exploração da mão de obra”. Tal ideia nos parece importantíssima.

Pinheiro Machado também faz algumas ponderações. Em carta enviada ele inicia de forma enfática: “Cuidado. [A agroecologia] É zona de águas turvas... inclusive servindo, sutilmente, para desviar a atenção dos movimentos sociais de seu foco fundamental, que é a luta por uma sociedade socialista” (Pinheiro Machado, 2009). E complementa:

Claro que a luta pelo socialismo passa por uma produção limpa e para todo o povo, o que essa gente citada jamais fala [teóricos da agroecologia na sua vertente hegemônica]. E essa técnica nós estamos começando a dominar, porque o socialismo que queremos, o real, o verdadeiro, há de corrigir os erros cometidos pelos da experiência vivida, e um dos aspectos fundamentais é, precisamente, contrapor-se à lógica da Revolução Verde na produção de alimentos e matérias-primas (Pinheiro Machado, 2009).

Moreira (2009) adverte que, ao adicionarmos o novo qualitativo da sustentabilidade à concepção dominante, corremos o risco de a questão da agricultura familiar – agora “sustentável” – continuar carregando seus elementos conservadores, ao não se constituir como um questionamento da ordem social.

Para Moreira, “essa concepção, ao colocar a solução do problema no campo da ciência e da técnica, passa a visão ideológica de que a solução técnica carrega consigo o progresso social” (Moreira, 1998, p. 193). Se pudéssemos reformular a frase de Moreira diríamos que, para sermos mais precisos, essa concepção, ao colocar a solução do problema única e exclusivamente no campo da ciência e da técnica, passa a visão ideológica de que a solução técnica carrega consigo o progresso social, uma espécie de determinismo tecnológico às avessas, em que a “tecnologia resolve tudo”.

Falta aos teóricos da agroecologia algo que nos parece imprescindível: o debate da autogestão em sentido amplo, o debate da desmercantilização, uma teoria mais profunda das classes sociais e da exploração no sistema capitalista, além de uma crítica totalizante à tecnologia que vá além das suas particularidades no caso da agroindústria ou do “rural”.

Será que a agroecologia vinculada à luta de classes com bases autogestionárias poderia trilhar os caminhos rumo a uma sociedade produtora de alimentos saudáveis, voltados para a satisfação das necessidades humanas, sem classes sociais e governada pelos produtores livremente associados? Nos parece que sim, mas para isso o debate precisaria ir para além do “desenvolvimento sustentável”, principalmente na vertente que se assemelha ao “capitalismo verde”.¹³ Para Theis e Meneghel (2006):

(...) o discurso da sustentabilidade tem servido antes de filtro, de expediente para escamotear a natureza dos problemas ambientais. Em vez de revelar, a linguagem do desenvolvimento sustentável tem encoberto as causas concretas da crise ecológica, ocultando as conexões objetivas entre a lógica e dinâmica do processo de acumulação capitalista e seus impactos específicos sobre o meio ambiente, invertendo substância e aparência (Theis e Meneghel, 2006).

De qualquer forma, há uma semelhança entre o debate da autogestão e da agroecologia no campo e o debate da autogestão na habitação popular. Para Arantes, não é por acaso que essa discussão sobre “tecnologia social” surja com tanta força na agricultura e habitação, quando os trabalhadores tentam se apropriar dos meios de produção. Para ele, tanto em uma quanto na outra há “pouco capital fixo e são ‘manufaturas’ cujo atraso relativo é uma vantagem para o seu domínio pelos trabalhadores – contudo são atividades fundamentais para a vida e para o socialismo” (Arantes, 2009).

De todos os grupos que vêm assessorando os movimentos sociais analisados por nós, o que mais traz transformações radicais na teoria e na prática dessa relação é o grupo Usina, um grupo de arquitetos, cientistas sociais que assessora lutas por habitação e criação de equipamentos públicos.

Percebemos que está nascendo uma nova relação universidade-movimentos sociais que traz como elemento principal o socialismo autogestionário. Roberto Schwarz (2002), no posfácio do livro de Pedro Arantes, levanta como hipótese para a riqueza da crítica totalizante da arquitetura justamente o fato de ela estar numa região de fronteira de diversos “campos”: estético, técnico, econômico etc.

Na Usina a crítica é mais robusta, talvez a mais completa das que analisamos até o momento, não só na compreensão da necessidade de superação da sociedade de classes, da criação de uma sociedade para além do capital, do papel da autogestão, da desmercantilização. Ele retoma a crítica da Arquitetura Nova, debate o papel do arquiteto na superação da sociedade de classes, além da crítica das forças produtivas.

¹³ Para o debate do desenvolvimento e desenvolvimento “insustentável”, ver Mészáros (1987), Sevá Filho (2002 e 2008), Bonente (2009), Novaes e Fraga (2010).

A Usina é herdeira da crítica das forças produtivas de Sérgio Ferro, Paulo Freire, Marx e Engels, de alguns anarquistas e de pensadores mais recentes, mas sem deixar de desenvolver ou aprofundar as críticas desses intelectuais.

Para os membros da Usina “nosso fim é o socialismo, mas o que fazer antes...?” Na medida do possível, acreditamos que estão arquitetando e praticando uma revolução, para usar um termo da área. Na medida em que pensam para além da habitação, seja através da criação de novos territórios, novos bairros, novos coletivos, para além do movimento temático: moradia, negros etc., estão atuando na construção de embriões de autogestão e pensando a complexidade de uma transformação radical: “que o coletivo arquitetado seja ao mesmo tempo de espaço de produção, consumo, educação, estética não alienantes”.

Evidentemente que o Grupo Usina só consegue criar enclaves no mar do sistema produtor de mercadorias, tentando criar práticas que levem a um grau crescente de controle da produção e reprodução social.

Em outras palavras, podemos dizer que eles tentam articular a totalidade ou complexidade da realidade latino-americana, especialmente da construção civil e do planejamento urbano brasileiro e suas conexões com o capitalismo financeirizado. Não se trata apenas do problema da casa. Eles buscam uma economia política do trabalhador: o problema dos trabalhadores brasileiros não é apenas moradia inadequada, mas também trabalho degradante e com baixa remuneração, lazer fetichizado, educação para o consumismo, saúde mercantilizada, transporte público ineficiente etc.

E, para finalizar, segundo informações obtidas no sítio do coletivo:

só há prática radical se o intelectual estiver de fato ao lado do povo, buscando soluções coletivas para as coisas mais prosaicas (abrigar-se) às mais altas do espírito (a discussão sobre arte, socialismo etc.). A produção da arquitetura nesse contexto quer, por isso, restituir-se não apenas como “teto”, mas como produção coletiva do espaço, livre, como arte. Experiências desse tipo só se multiplicariam, de fato, na transição revolucionária. Por enquanto, são laboratórios que precisam ser cuidadosamente trabalhados e analisados (Grupo Usina, s/d).

Encontrar outros grupos de assessoria no campo da arquitetura parecidos com a Usina, ao menos no Brasil, é como tentar encontrar uma agulha no palheiro. Dentre as “agulhas no palheiro” da área de Arquitetura e Urbanismo, poderíamos citar, no terreno das assessorias “fora” da universidade, a Peabiru. Nas universidades públicas, Akemilno e Shimbo (UFSCar) tentam colocar a universidade a serviço do povo. Reginaldo Ronconi e João Marcos Lopes coordenam o Canteiro Experimental da USP – respectivamente, de São Paulo e São Carlos –, tentando imprimir novas marcas aos projetos de ensino, pesquisa e

extensão em arquitetura. Certamente há divergências e semelhanças entre esses grupos que não poderemos abordar neste livro.

Tal como procuramos explicitar, todos os grupos se inserem num contexto de retrocesso histórico caracterizado pela contrarreforma do Estado, em particular na universidade pública, que resultou na desagregação da universidade, na criminalização dos movimentos sociais etc., criando inúmeras contingências para os pesquisadores-extensionistas e os movimentos sociais. Para Pinassi:

as classes trabalhadoras foram e continuam sendo tão profundamente golpeadas e alijadas de uma autêntica percepção de classe dominada que, principalmente em situações de crise mais profunda, seu horizonte ideológico manifesta-se muito mais em função do contingenciamento histórico que de sua mais que necessária potencialidade revolucionária (Pinassi, 2009, p. 34).

Acreditamos que os pesquisadores-extensionistas estão na defensiva, vivendo como reféns na cidadela inimiga, sem dinheiro, perseguidos, com pouco poder para implementar estratégias de pesquisa, ensino e extensão mais frutíferas para os movimentos sociais, muitas vezes tendo seus artigos e propostas de pesquisa negados nas instituições de fomento.

Os pesquisadores-extensionistas que estão reatando seus laços com os movimentos sociais encontram inúmeros desafios. A necessidade de se enxergar a totalidade do problema a ser resolvido pode ser verificada numa breve comparação entre os limites e possibilidades da emancipação dos trabalhadores do Movimento Sem Terra, de Fábricas Recuperadas e Sem Teto/Mutirões.

Ainda que imerso no sistema produtor de mercadorias e tendendo a degenerar suas características autogestionárias, no Movimento Sem Terra o trabalhador pode vislumbrar uma alternativa mais ampla de transformação social. Nele pode haver um maior controle sobre a própria vida: controle da terra pelo povo, da casa, construída através do trabalho coletivo, e o trabalho que pode transcender a alienação.

Algumas Fábricas Recuperadas vêm acenando para a superação do trabalho alienado (Novaes, 2007). No entanto, sua margem de manobra em relação ao Movimento Sem Terra – que pode se utilizar da agroecologia em detrimento da produção de alimentos envenenados por agrotóxicos – e ao Movimento Sem Teto ou de autoconstrução – que pode produzir um valor de uso, a casa onde se irá morar – é menor.

Observando mutirões paulistas, Arantes (2002) aponta que o mutirão autogerido não é apenas uma alternativa para os sem-teto, mas um espaço para a experimentação do que pode vir a ser um desenho emancipado.

Como salienta Sérgio Ferro, o fato da construção ser um processo mais simples que o industrial a torna um laboratório para os trabalhadores exercitarem o controle da produção e se prepararem para transformações de natureza emancipadora.

Mas a contradição dos mutirões autogeridos é que eles constroem um valor de uso: casas que conseguem escapar do espaço de produção e consumo de mercadorias. No entanto, ainda não conseguiram engendrar formas de se emancipar do trabalho assalariado, seja porque esses homens e mulheres trabalham numa fábrica, onde vendem sua força de trabalho, seja porque trabalham no mercado informal fazendo bicos, ou porque estão desempregados.

No Brasil, os mutirões sofreram fortes reveses. Cabe a pergunta: como prolongar a organização para depois da conquista da terra, do financiamento e da construção? Pois, ao término das obras, há uma regressão visível da organização popular (Arantes, 2002).

Se os mutirões não constituírem uma “qualidade arquitetônica” própria, na qual se encontre engenho e criação, continuarão presos ao reino das necessidades, com trabalhadores empilhando blocos sem produzir algo gratificante. A autogestão será, assim, amarga: apenas uma forma barata de fazer habitações (Arantes, 2002).

Considerações finais

Ainda que com graus crescentes de controle sobre o próprio trabalho, permanece como desafio para esses movimentos sociais e para os intelectuais que lhes assessoram inventar numa escala mais ampla o trabalho intelectual desalienante (Lima Filho, 2011).

É difícil dizer que a universidade pública, no contexto da contrarreforma da educação, seja um espaço para o florescimento do pensamento crítico e totalizante, da união entre teoria e prática, da resolução dos problemas dos movimentos sociais, da desmercantilização, etc. Os professores que tentam desencadear esse processo são poucos e estão nitidamente na defensiva. Como reféns na cidadela inimiga, a “esquerda” universitária tenta sobreviver a duras penas num meio que tem hegemonia pós-moderna, sofrendo todo tipo de perseguição, seja nas ciências duras ou nas ciências sociais, mas em alguma medida recuperam as palavras de Ponce citadas nas páginas acima: “propugnar que a revolução requereria que se considerasse a educação como parte da estratégia política, por isso o engajamento dos reformadores nas lutas anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, nas jornadas universitárias”.

Acreditamos que o aprendizado das “derrotas” e porque não das vitórias do século XX seguramente iluminam as trilhas para a construção da universidade necessária. Poderíamos então concluir esta seção concordando com Leher:

Córdoba, 90 anos depois? O que fica? Para além dos fundamentos de uma universidade autônoma, cogovernada, pública, gratuita e comprometida com os problemas nacionais, permanecem os ensinamentos de que a universidade verdadeiramente universal, em que caibam todos os povos, requer a luta anticapitalista e anti-imperialista. Isso somente será possível se a educação, enquanto estratégia política, for difundida por universidades populares que articulem a classe trabalhadora e os nichos de pensamento crítico que seguem existindo nas universidades públicas. A união operária, camponesa, estudantil, em todos os níveis, com os trabalhadores da educação, é o novo ponto de partida a que Florestan Fernandes fez referência no momento em que se anunciava um reascenso das lutas populares. A melhor homenagem que podemos fazer é levar adiante essa tarefa. Como disse Mella: “Triunfar ou servir de trincheira aos demais. Até depois de nossa morte somos úteis. Nada de nossa obra se perde” (*apud* Kohan, 2002). Nas comemorações dos 90 anos da Reforma Universitária de Córdoba, é importante que uma grande massa da juventude conheça esse extraordinário movimento. E celebre a memória dos mortos com lutas que tornem vivas as suas obras! (Leher, 2008, p. 64)

Referências bibliográficas

ADDOR, F. **Um estudo sobre a Engenharia Industrial e a Economia Solidária no Brasil**. 2004, 76f. Monografia (Graduação). Escola Politécnica, UFRJ: Rio de Janeiro, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombos, terras indígenas, ‘babaçuais livres’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UfAM, 2006.

ALTIERI, M. **Agroecologia – as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Fase, 1989.

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ARANTES, P. F. **Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. MST usa tecnologia defendida por Sérgio Ferro. **Brasil de Fato**, n. 161, 2006.

Disponível em:

<http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/161/cultura/materia.2006-04-06.5718044779>

_____. Qual futuro para o Canteiro Experimental? In: YOSHIOKA, E.; RONCONI, R.; MINTO, F. C. N.; SOUSA, A. F. (orgs). **Canteiro experimental, 10 anos na FAU**. São Paulo: FAU-USP, 2008.

_____. **Carta a Henrique Novaes**. Campinas, Impresso (mimeo), novembro de 2009.

_____. **Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma**. São Paulo, Tese de doutorado, USP, 2010.

ARAÚJO, F. e HENRIQUES, F. **Marchas e Contramarchas de uma Assessoria em uma Cooperativa Autogestionária**. IV Encontro Internacional de Economia Solidária: “Educação, Política e Integração da América Latina”, USP, 2006.

BONENTE, B. **Teodicéia do Desenvolvimento: antecedentes teóricos e pressupostos ontológicos**. São Paulo: PUC, XIV Encontro nacional de Economia Política, CD-Rom, 2009.

BARROS, F. Canteiro experimental da FAU e o canteiro – cooperativa de construção. In: YOSHIOKA, E.; RONCONI, R.; MINTO, F. C. N.; SOUSA, A. F. (orgs). **Canteiro experimental, 10 anos na FAU**. São Paulo: FAU-USP, 2008.

BEHRING, É. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2004.

BILMES, S.; CANDAL, R. **La FCEyN y las empresas conducidas por sus trabajadores – Ciencia recuperada**. Entrevista no Jornal *Cable*, 28 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.fcen.uba.ar/prensa/cable/2006/pdf/Cable_634.pdf

CAPORAL, F. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação de Mestrado – Programa de Extensão Rural, UFSM, 1991.

_____; COSTABEBER, J. Análise multidimensional da sustentabilidade – uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2002, p. 70-85.

_____; COSTABEBER, J. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. 3ª ed. Brasília (DF): MDA/SAF/Dater, 2007.

DAGNINO, R. Uma estória sobre Ciência e Tecnologia, ou começando pela extensão universitária. In: DAGNINO, R. (org.) **Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e Política de Ciência e Tecnologia – abordagens alternativas para uma nova América Latina**. João Pessoa: EDUEPB, 2010.

DIAS, R. B. **A trajetória da política científica e tecnológica brasileira: um olhar a partir da análise de política.** Tese de Doutorado, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Unicamp, 2009.

FERNANDES, F. Universidade e desenvolvimento. In: IANNI, O. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERRO, S. Entrevista concedida a Carlos Castelo Branco. **Caros Amigos**, 2001, n. 49, p. 44-45.

_____. Arquitetura e luta de classes: uma entrevista com Sérgio Ferro. Entrevistadora Lelita Benoit. **Revista Crítica Marxista**, n. 15, 2005.

_____. (entrevista). **Arquitetura: uma construção coletiva e livre.** Pedro Fiori Arantes. *Brasil de Fato* n. 161. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/161/cultura/materia.2006-04-06.1810849998>

_____. **Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: CosacNaify, 2006.

_____. Experimentação em arquitetura: práxis crítica e reação conservadora. In: YOSHIOKA, E.; RONCONI, R.; MINTO, F. C. N.; SOUSA, A. F. (orgs). **Canteiro Experimental, 10 anos na FAU.** São Paulo: FAU-USP, 2008.

FRAGA, L. **Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.** Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, DPCT, 2012.

FREITAS, H. **A construção da rede socio-técnica de educação de assentados da Reforma Agrária: o PRONERA.** Tese de Doutorado, UFSCUNB, 2007.

GENTILI, P. "Una vergüenza menos, una libertad más" – La Reforma Universitaria en clave de futuro. In: SADER, E; GENTILI, P; ABOITES, H. (compiladores). **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después.** 1ª ed. Buenos Aires: Clacso, 2008.

GUTERRES, I. (org.). **Agroecologia militante: contribuições de Ênio Guterres.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HENRIQUES, F. C. **Assessoria a empreendimentos de autogestão.** Universidade Federal do Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

_____. O engenheiro na assessoria a empreendimentos de autogestão. In: SCHMIDT, C.; NOVAES, H. T. **Economia Solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital?** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

HIRAO, F. H.; LAZARINI, K. **O Laboratório de Habitação da Unicamp e a Tecnologia Social – entre a indústria e a manufatura: o pré-moldado na arquitetura de interesse social.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Especialização Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina, Unicamp, 2009.

IANNI, O. O declínio do Brasil-nação. **Revista de Estudos Avançados** 14 (40), São Paulo, 2000, p. 51-58.

INTI. Instituto Nacional de Tecnologia Industrial. Disponível: www.inti.gov.ar.

JACOBY, R. **Os últimos intelectuais.** São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

KOHAN, N. **Ni calco ni copia: ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano.** Buenos Aires: Eudeba, 2002.

KOURY, A. P. **Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro.** São Paulo: Edusp, 2004.

LEHER, R. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um acontecimento fundacional para a universidade latino-americanista. In: SADER, E; GENTILI, P; ABOITES, H. (comp.). **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después.** – 1a ed. – Buenos Aires: Clacso, 2008.

LIMA BARRETO. **Três gênios de secretaria.** Domínio Público.

LIMA FILHO, P. A. A mão e o sinete: notas introdutórias à questão do controle social na UFFS. In: BATISTA, E. e NOVAES, H. (Org.) **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI.** Bauru, SP: Canal 6, 2011. p. 359-68.

LOPES, J. M. ; RIZEK, C. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica (Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda. Rede de Pesquisa Progest). Rio de Janeiro, **Revista da Finep**, 2005. Disponível em: http://www.habitare.org.br/doc/docs_revista/artigoFinep_usina.pdf

MAZZALA NETO, W. **Agroecologia e tecnologia social – um debate em construção.** Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina, DPCT – Instituto de Geociências Unicamp, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

MINTO, L. W. **A educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp, Tese de Doutorado, 2011.

MINTO, L. W. Educação Superior e Movimentos Sociais: sentido histórico e questões atuais. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs). **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MOLINA, M. *et al.* (orgs.) **Educação do campo e formação profissional – a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.

NEUMANN, P.; DIESEL, V. FROELICH, J.; SILVEIRA, P. GARCIA, J. O projeto piloto do residência agrária da Universidade *Federal de Santa Maria (RS)*. In: MOLINA, M. *et al.* **Educação do campo e formação profissional – a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.

NETTO, J. P. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: LESSA, S. e PINASSI, M. O. (orgs.) **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 77-102.

NOVAES, H. T. **Reatando um fio interrompido – a relação universidade-movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, H. T.; SERAFIM, M. P.; DAGNINO, R. Sobrevivendo à tempestade: o papel do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (Argentina) na assessoria às Fábricas Recuperadas. **Revista Espacios** – Revista Venezolana de Gestión Tecnológica, v. 30 (2), Caracas, 2009, p. 32-45.

OLIVEIRA, M. B.; LACEY, H. Prefácio. In: SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, M. B. **A estratégia dos bônus: três pressupostos e uma consequência**. Trabalho, Educação e Saúde, 7(3): 419-433, nov. 2009/fev.2010
<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/include/mostrarpdf.cfm?Num=267>

OZÁI DA SILVA, A. Produtivismo no campo acadêmico: o engodo dos números. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 100, Maringá, setembro de 2009.

PERICÁS, L. Introdução. In: MARIÁTEGUI, J.C. **Mariátegui– Sobre educação** (seleção e tradução de Luiz Bernardo Pericás). São Paulo: Xamã, 2007, p. 39-43.

PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica.** São Paulo: Boitempo, 2009.

PINHEIRO MACHADO, L. Apresentação. In: CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos – novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – a teoria da trofobiose.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Correios eletrônicos enviados para Henrique Novaes.** (Diversos) 2009 e 2010.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SADER, E.; GENTILI, P. ABOITES, H. (orgs). **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después.**Buenos Aires: Clacso, 2008.

SAID, E. W. **Representação do intelectual: as Conferências Reihit de 1993.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEVÁ FILHO, A. O. **Tópicos de Energia e Ideologia. Desenvolvimentismo como panacéia? Sustentabilidade como guia de corporações poluidoras?** Indaiatuba (SP), novembro de 2002, I Encontro ANPPAS.

SEVA FILHO, A. O. **Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera, e hidrelétrica nas Amazônias.** I Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, UFMG, Belo Horizonte, em 03/04/2008. arquivo disponível em www.fem.unicamp.br/~seva

THEIS, I. M. ; MENEGHEL, S. M. Universidade, desenvolvimento e meio ambiente. In: WULF, C.; BRYAN, N. P. (Org.). **Desarrollo sostenible: conceptos y ejemplos de buenas prácticas en Europa y América Latina.**Münster: WaxmannVerlagGmbH, 2006, v. 22, p. 85-97.

USINA. Reforma urbana e autogestão na produção da cidade: história de um ciclo de lutas e desafios para a renovação da sua teoria e prática. In: BENINI, É. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.) **Gestão Pública e Sociedade – fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**, vol. II. São Paulo: Outras Expressões, 2012, no prelo.

_____. Luta por moradia e autogestão na América Latina: uma breve reflexão sobre os casos do Uruguai, Brasil, Argentina e Venezuela. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs). **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.